

# UMA REFLEXÃO EM TORNO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

## A REFLECTION ON THE INSTITUTIONAL EVALUATION PROCESS OF THE SOCIAL WORK COURSE AT STATE UNIVERSITY OF PONTA GROSSA

**Josiane de Fátima Wambier**

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Campus Central, Departamento de Serviço Social, Ponta Grossa, PR, Brasil; (42) 220-3387/222-0221; e-mail: josianef@interponta.com.br, jwambier@uepg.br

*“A práxis é inconcebível sem a carência, a transcendência e o projeto”.* Sartre

*“Praxis is inconceivable without, without transcendence and without a project.”* Sartre

*Recebido para publicação em 21/06/2004*

*Aceito para publicação em 14/08/2004*

### RESUMO

Este texto aborda aspectos referentes ao processo de avaliação institucional do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Analisa a concepção que alunos e professores têm desse processo, seus aspectos negativos e positivos. Ainda através da voz dos sujeitos protagonistas acima mencionados buscou-se levantar aspectos que deveriam ser submetidos a um processo mais sistemático de avaliação. Os eixos condutores do processo analítico são o Projeto Pedagógico do Curso, construído em 2001 pelo Colegiado de Curso e o Projeto Ético-político da profissão. Busca-se apontar indicadores de qualidade para uma avaliação mais ampla, democrática, crítica e global.

Palavras-chave: avaliação institucional de curso, projeto pedagógico, Serviço Social

### ABSTRACT

This article focuses on aspects of the institutional evaluation process of the Social Work Course at the State University of Ponta Grossa. It analyses the students' and teachers' understanding of the process, as well as its negative and positive aspects. Also, based on the students' and teachers' testimonies, it tries to point out aspects that should be submitted to a more systematic evaluation process. The

directives of the analytical process are the Pedagogical Project made by the course collegiate in 2001 and the Ethical-Political Project of the career. Finally, it seeks to establish indicators for a wider democratic, critical and global evaluation.

Key words: institutional evaluation of the course, pedagogical project, Social Work

## Introdução

O nosso interesse em integrar o Programa de Qualidade Institucional do Setor de Ciências Sociais Aplicadas no ano de 2001<sup>1</sup> deu-se em um momento em que participávamos das reflexões em torno do novo currículo do Curso de Serviço Social da UEPG implantado em 2002, como membro de seu Colegiado de Curso. Obviamente, não se tratou de uma decisão isolada, mas de uma necessidade do referido Colegiado de refletir e sistematizar o processo de avaliação adotado pelo curso desde 1989. Elegemos com eixos condutores de análise o Projeto Pedagógico do Curso redigido em 2001 e o Projeto Ético-político da profissão.

É importante registrar que este novo currículo nasceu de uma série de discussões em torno das Diretrizes Curriculares da ABEPSS<sup>2</sup> e dos princípios fundamentais do atual Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFAS<sup>3</sup> n° 273/93 de 13 de março de 1993).

Tratou-se de um processo de trabalho onde primeiro se buscou responder, como recomenda a razão crítico-dialética, às questões **por quê e para que fazer** para então se chegar ao **como fazer**.

Logo, é característica relevante deste currículo: a grade curricular só foi construída após a elaboração textual do Projeto Pedagógico do Curso.

Em nossa reflexão esta característica explica-se não só em termos de competências individuais, mas também, a partir do processo histórico nacional liga-

do a inserção do Serviço Social no circuito universitário na década de 1960; a sua vinculação a órgãos de fomento à pesquisa e a constante dinâmica a que está submetido o seu objeto de investigação/intervenção: a questão social<sup>4</sup>.

Com isto queremos afirmar que a rotina de **avaliação de curso** que iniciou-se no Serviço Social da UEPG no final da década de 1980 é resultado não só de sua participação nas discussões nacionais, mas também, da própria dinâmica da profissão que sempre está se **auto-avaliando** em termos da relação formação profissional / demandas da questão social / projeto ético profissional.

É importante registrar que a prática da avaliação do curso de Serviço Social da UEPG antecede a institucionalização nacional do PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, criado em 1993 e a criação do Programa de Avaliação Institucional na UEPG, em 1992, na gestão do Reitor Professor João Carlos Gomes.

Como sujeito pesquisador observador e participante deste processo, inaugurado no curso de Serviço Social pelo Colegiado de Curso, na gestão da Professora Lílian Yara Gomes, podemos afirmar que ele iniciou-se enquanto avaliação de **desempenho do professor e desempenho do aluno**. Mais tarde, recomendava-se que estas variáveis fossem refletidas a partir dos **objetivos e do programa das disciplinas**.

**Se a avaliação de curso se constitui em uma rotina para o Serviço Social da UEPG, qual é a compreensão que alunos e professores têm dela?**

<sup>1</sup> O Programa que existia naquele momento foi substituído por outro em julho de 2003. A nossa vinculação ao Programa de Qualidade Institucional do Setor de Ciências Sociais Aplicadas deu-se em 2001. Logo, este texto se refere às conclusões resultantes de um dos projetos pertencentes ao primeiro programa que tinha como objetivo iniciar no interior do citado Setor reflexões em torno da qualidade institucional dos cursos que o integram enquanto áreas específicas do conhecimento humano.

<sup>2</sup> Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

<sup>3</sup> Conselho Federal de Assistentes Sociais.

<sup>4</sup> “Questão social é o conjunto das expressões das desigualdades sociais, materializadas nos problemas sociais, econômicos, políticos e ideo-culturais, que se acirram no curso da constituição da sociedade capitalista, e nas formas de enfrentamento e de resistência desencadeadas pelo Estado e pelos diversos segmentos da sociedade civil, sobretudo pelos setores subalternos que vivenciam essas problemáticas historicamente no cotidiano” (Cardoso in Albiero, 201, p. 156).

## 1. Considerações teórico-metodológicas sobre o processo da pesquisa

Antes de objetivar no papel um projeto de pesquisa, o sujeito investigador se põe para si mesmo uma pergunta para a qual buscará uma resposta. Só que esta pergunta não pode ser uma pergunta qualquer, mas sim, uma **pergunta qualificada**.

Uma pergunta qualificada é aquela que transcende a mera cotidianidade. Por exemplo, usar um relógio e distribuir as atividades diárias em horas faz parte da vida cotidiana. No entanto, perguntar-se **o que é o tempo** é uma pergunta qualificada e mediata uma vez que transcende questões como: que horas sairá o almoço; que horas devo estar no trabalho; etc..

O processo de avaliação de curso de Serviço Social é hoje uma atividade constante e rotineira. É lógico que apesar de rotineira é uma atividade reflexiva que visa transcender a visão de um curso pronto e acabado.

Consideramos a questão posta no final da **Introdução** como uma pergunta qualificada e que contempla um determinado objeto de estudo: a representação que tinham alunos do 2º, 3º e 4º ano e professores de Serviço Social em 2002 sobre **o que é** avaliação institucional de curso.

Além de uma pergunta qualificada, o sujeito do conhecimento deve ter clareza epistemológica de sua relação com o seu objeto de investigação. Compartilhamos da visão que afirma que o sujeito do conhecimento que articula os elementos abstraídos do real, o faz limitado e condicionado pelas condições objetivas de seu tempo e espaço.

Isto significa que o sujeito do conhecimento ao procurar conhecer algo, nunca parte do nada: ele se apropria do que já foi objetivado em termos de produção, de criação, de construção humana.

Desta forma, consideramos como o primeiro passo metodológico em nosso caso foi o contato inicial com textos que discutem o que é avaliação e o que é avaliação institucional.

Em termos da totalidade do processo da pesquisa, os passos metodológicos compreenderam: leitura bibliográfica; elaboração do projeto para apresentação junto ao Colegiado de Curso de Serviço Social; reelaboração do projeto decorrente desta discussão; definição dos critérios para a seleção dos sujeitos da pesquisa; elaboração do instrumento para a

coleta de dados junto aos acadêmicos e aos professores do curso de Serviço Social; discussão deste instrumental com o Colegiado de Curso de Serviço Social; coleta de material junto aos sujeitos da pesquisa e processo de análise dos dados e elaboração do relatório final. O passo inicial (leitura de textos) se alargou e perpassou todos os momentos.

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi o questionário.

O **primeiro critério** para a definição dos sujeitos foi: ter participado da avaliação de curso pelo menos no ano de 2001. Decorrente deste, foram elaborados **mais dois critérios**:

- **para acadêmicos**: ser acadêmico do ano de 2002 do 2º, 3º e 4º ano. Os alunos de 1º ano não foram considerados **por não terem vivenciado** ainda o processo de avaliação do curso;

- **para professores**: estar desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão e/ou administrativa no ano de 2002 e ser professor lotado no Departamento de Serviço Social, como efetivo ou colaborador. Assim, como os acadêmicos, estes professores deveriam ter vivenciado o processo de avaliação de curso.

Consideramos, portanto, que os sujeitos estavam divididos em **quatro grupos**: professores, alunos de 4º ano, alunos de 3º ano e alunos de 2º ano.

O questionário foi construído, mesclando duas características: perguntas fechadas e perguntas abertas. A necessidade de questões abertas deve-se ao fato de que queríamos que nossos sujeitos objetivassem de forma mais aberta, sincera e livre as suas opiniões. Todas as questões fechadas foram para escolher entre o **sim** ou o **não**.

O modelo do questionário utilizado, foi o mesmo para acadêmicos e professores.

No mês de março de 2002 fizemos um pré-teste do questionário com os alunos do 4º ano de Serviço Social. Segundo nossa análise, o mesmo apresentava as características de coerência e objetividade.

Logo, consideramos estes questionários válidos para serem analisados.

A seguir o aplicamos junto ao 2º e 3º ano durante o primeiro semestre de 2002.

Os questionários foram aplicados durante as aulas das seguintes disciplinas: 2º ano: Teoria e Metodologia do Serviço Social II; 3º ano: Serviço Social e

Grupos Comunitários; 4º ano: Teoria e Metodologia do Serviço Social IV.

A disciplina de Teoria e Metodologia do Serviço Social II no ano de 2002 tinha 49 alunos matriculados; Serviço Social e Grupos Comunitários tinha 54 alunos matriculados e Teoria e Metodologia do Serviço Social IV tinha 44 alunos matriculados. Respectivamente, estavam freqüentando regularmente as disciplinas no semestre acima citado: 42 alunos, 51 alunos e 44 alunos. Logo, o universo total dos alunos compreendia 137 sujeitos. Responderam aos questionários: 31 alunos do 2º ano; 44 alunos do 3º ano e 36 alunos do 4º ano. Logo, obtivemos um total de 111 questionários preenchidos por alunos, ou seja, 81,02%.

Tomou-se o cuidado de se solicitar que não respondessem ao questionário alunos que foram transferidos de outras IES ou que reabriram matrícula em 2002 e que nunca participaram da avaliação de curso. Os alunos foram esclarecidos sobre o objeto desta pesquisa como sendo “aquela avaliação semestral que o Colegiado de Curso faz junto às turmas todos os anos”. Não se colocou um conceito de avaliação institucional de curso para não influenciar as respostas.

Em relação aos professores do Departamento de Serviço Social, tivemos o seguinte quadro: 15 questionários distribuídos e 12 respondidos. Considerando estes números, 80% dos professores responderam ao questionário.

O Departamento de Serviço Social no início de 2002 tinha 18 professores efetivos. Destes 1 estava em licença prêmio de 40 horas, 1 cedido 40 horas para o Governo de Estado e 1 estava com liberação de 40 horas para atividade administrativa na PROEX. Este último, inclusive já estava, na época, afastado a 5 anos do Departamento. Consideramos estes três professores fora dos critérios estabelecidos. Duas professoras estavam com 40 horas de liberação para o doutorado, mas, decorrente de dificuldades do Departamento em cobrir as horas ensino, estas se dispuseram a orientar cada uma um Trabalho de Conclusão de Curso. Logo, cada uma delas recebeu um questionário para ser preenchido. E, eu, enquanto pesquisadora, obviamente, não respondi ao questionário.

Havia 2 professores colaboradores no início deste ano. Destes, um participou das avaliações de curso em 2001. No mês de agosto de 2002 foram contratadas mais duas professoras colaboradoras e

mais uma através de concurso público para que cumprisse 20 horas no Departamento e 20 horas no Mestrado de Ciências Sociais. Nenhuma delas tinha experiência de avaliação de curso, portanto, foram desconsideradas.

Assim, do total de 20 professores que estavam desenvolvendo alguma atividade de ensino, pesquisa e extensão no 2º semestre, apenas 15 estavam dentro dos critérios.

Avaliamos hoje que em 2002 tivemos uma visão reducionista da categoria – professores do curso de Serviço Social – uma vez que consideramos apenas como professores do curso os do Departamento de Serviço Social.

Os questionários para os professores foram distribuídos em agosto de 2002. Diferentemente dos alunos, os professores os levaram para responder e entrega depois. Não era esta a nossa proposta pois gostaríamos que como os acadêmicos, as respostas fossem respondidas de forma imediata. Alguns permaneceram com o questionário durante todo o segundo semestre letivo. Pedidos de entrega de questionários geravam pedidos de mais tempo para respondê-los. A coordenadora na época do Colegiado e seus membros foram os primeiros a entregarem o questionário, bem como, a chefe de Departamento. Consideramos este dado como relevante e dotado de significado: eram as pessoas mais envolvidas com a discussão da avaliação de curso. É claro que se trata de uma inferência subjetiva/objetiva de nossa parte para justificarmos tal fato.

Teoricamente, consideramos que há uma relação indissolúvel entre objetivo e subjetivo, portanto, não adotamos o ponto de vista que defende a neutralidade do sujeito pesquisador. Acreditamos na possibilidade de uma maior objetividade e proximidade do real. Assim como desacreditamos na idéia da pura objetividade, também discordamos, da tese de uma pura subjetividade posta, por exemplo, pelo existencialismo alemão.

Consideramos que o melhor método para a aproximação do real, é aquele que parte de uma ontologia do ser social que concebe o concreto real como um dado objetivo, que tomado em sua imediaticidade ou como concreto imediato ou aparente permite através de sucessivas aproximações encontrar as determinações e as conexões entre estas para ex-

plicar o real não mais como concreto imediato ou aparente, mas como, concreto pensado.

Tendo coletado todos os questionários, passou-se em 2003, ao processo de agrupamento dos dados por sim e não e por semelhança de conteúdo.

No processo de análise dos conteúdos agrupados por semelhança buscou-se identificar as adjetivações e as complementações verbo-nominais utilizadas pelos sujeitos entrevistados a fim de qualificar os substantivos ou verbos utilizados para expressarem seus pensamentos, ou seja, utilizou-se de alguns princípios da análise morfo-sintática.

Por quê?

Os sujeitos se expressaram através de palavras ou signos lingüísticos<sup>5</sup>.

A palavra tem um sentido pessoal e expressa determinada significação que só se forma a partir da relação da pessoa que se expressa com outras que a rodeiam, isto é, a palavra tem um sentido social. E a consciência de algo só pode emergir num sujeito singular mediante a apropriação de determinados signos lingüísticos.

Os sujeitos entrevistados, assim como, o sujeito pesquisador, são portadores de uma fala que se situa dentro de um determinado contexto e de uma dada estrutura social. Por exemplo, o que os alunos expressaram como sendo avaliação de curso é resultado do contexto ou das experiências que vivenciaram até aquele momento no interior da instituição universidade, do contato com professores, colegas de curso e outras pessoas que os cercam; enfim, é o resultado de suas vivências no curso e em outros espaços que correspondem ao seu mundo.

Analisamos as questões respondidas utilizando a seguinte ordem: professores, alunos de 4º ano, alunos de 3º ano e alunos de 2º ano. Teoricamente do mais complexo para o mais simples. Define-se o mais complexo como aquele que tem **maior vivência** no interior do processo de formação profissional e de avaliação institucional de curso.

## 2. O Serviço Social da UEPG e a concepção de seus alunos e dos professores do Departamento de Serviço Social sobre avaliação institucional de curso

### 2.1. Algumas considerações sobre o Serviço Social da UEPG

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UEPG foi redigido pelo seu Colegiado de Curso em 2001 a partir das seguintes questões: o que somos; para que servimos; que profissional queremos formar; quais os princípios teleológicos e axiológicos e conteúdos que devem ser incorporados à formação profissional do Assistente Social para enfrentar o movimento contraditório de seu objeto de investigação/intervenção. É claro que ele é resultado de um largo processo de discussão dos Colegiados de Curso de Serviço Social anteriores a gestão de 2001.

Conforme os princípios norteadores do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social:

A Formação Profissional deve incorporar no seu processo a intervenção profissional como orientadora de todas as disciplinas tendo como eixo a preocupação com a teleologia do Serviço Social. É preciso saber: o quê? Por Quê? Para quê? Para quem? E como transformar as relações sociais presentes no atual contexto histórico e, sobretudo, em que consiste esta transformação. Esta deve ser entendida como produto da reconstrução das relações sociais, protagonizada pelos **próprios sujeitos históricos e sociais**. A Formação Profissional tem caráter filosófico, epistemológico, ético, técnico-operativo e histórico. Estas dimensões se expressam ou se objetivam na prática profissional. A intervenção profissional deve ser mobilizadora dos conhecimentos, das experiências e dos **sujeitos participantes desta intervenção**. Assim, é mister no processo de Formação Profissional dar ênfase ao 'como fazer', ou seja, como operacionalizar a prática profissional de forma a atender as demandas concretas sem desarticular-se dos pressupostos teórico-filosóficos da profissão. Este 'como fazer' deve estar fundado num **processo coletivo** de construção em que os **sujeitos envolvidos** sejam reconhecidos em sua natureza individual, social e histórica, bem como, sejam **ativos, criativos e co-responsáveis por este processo** (Colegiado de Curso de Serviço Social, 2001).

Na citação acima, abstraída do Projeto Peda-

<sup>5</sup> Não reduzimos a comunicação humana à linguagem falada e escrita.

gógico, grifamos algumas expressões ou conjunto de palavras que consideramos significativas, porque expressam uma forma de pensar a profissão nos dias atuais: concepção de que os professores e alunos envolvidos no processo de formação profissional expressam uma dada visão de homem e de mundo apropriada a partir do mundo em que vivem e que por princípio ético-profissional deve ser transformado; que é uma diretriz pedagógica, partir do conhecimento que os sujeitos têm, mesmo que seja um conhecimento empírico; o **como fazer** deve resultar de um processo coletivo onde todos os sujeitos são considerados ativos, criativos e co-responsáveis por este processo; a profissão é investigativa / interventiva, o que pressupõe a valorização da pesquisa social não só como disciplina teórica, mas, como prática curricular que se objetiva em outra disciplina: Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC). Temos aqui uma clara e nítida vinculação entre ensino e pesquisa. OTCC é ensino e pesquisa. É ensino porque é uma disciplina obrigatória do currículo mínimo. É pesquisa porque ao final dela deve o aluno entregar um trabalho de caráter investigativo. Também há a valorização do estágio como espaço de intervenção/investigação.

O novo é o novo. Mas, nem sempre foi assim.

O que hoje pensamos é resultante de um processo histórico.

Reconstituir a trajetória histórica pela qual passou o Serviço Social no Brasil e na UEPG foge de nossos objetivos neste trabalho, contudo, é importante fazemos certas colocações.

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1910 e até o período de 1960 a formação era exclusivamente confessional. Esta característica inicial o aproxima do modelo belga e o distancia do modelo norte-americano. A explicação para este fato é que naquela época o Estado Brasileiro tinha um forte caráter religioso ligado a Igreja Católica. As escolas de Serviço Social no Brasil eram dirigidas por religiosos e destinadas principalmente às mulheres que vinham de famílias católicas.

Na década de 1960 o Serviço Social se insere no circuito universitário. Isto requisitará da profissão uma nova formação profissional não mais confessional. A base teórica para esta nova fase foi buscada no modelo norte-americano que se pautava na Psicologia, na Sociologia e na Antropologia.

Em 1982 com a inclusão do Serviço Social como área de conhecimento (na grande área das Ciências Sociais Aplicadas) nos órgãos de fomento à pesquisa e a formação docente (CNPq e CAPES), bem como, a expansão dos cursos de graduação nas universidades brasileiras e principalmente a criação da pós-graduação, inicialmente, na PUC-SP, **ampliou-se o processo de avaliação dos cursos de Serviço Social**.

Por ocasião da implantação do atual sistema nacional de avaliação, a ABESS já vinha discutindo o Currículo Mínimo aprovado em Assembléia da mesma em 08 de novembro de 1996. Assim, a nível nacional, o Serviço Social é uma das primeiras áreas a apresentar a Proposta de Diretrizes Curriculares para o MEC/SESU.

Do exposto acima se pode inferir que historicamente o Serviço Social sempre teve uma preocupação com processos avaliativos.

É uma particularidade do Serviço Social da UEPG, desde a sua criação na UEPG em 1973 na gestão do Reitor Professor Álvaro Augusto da Cunha Rocha, participar dos eventos a nível regional e nacional sobre as diretrizes curriculares fomentadas a princípio pela ABESS<sup>6</sup> e hoje pela ABEPSS.

Um dos princípios fundamentais do Código de Ética dos Assistentes Sociais é: “Garantia do **pluralismo** através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CFAS, 1993, p.11)

## 2.2. O que é avaliação institucional de curso?

A avaliação institucional de curso tem por finalidade apreender aspectos relativos a qualidade aca-

<sup>6</sup> Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. A ABESS foi fundada em 1946 e nasce com uma preocupação voltada para questões curriculares ou com o ensino propriamente dito. Com o passar dos tempos, a questão do ensino foi aliada à produção de conhecimentos (daí inclusive a mudança de nome da ABESS para ABEPSS). Também é importante ressaltar a participação que esta entidade teve no processo de mudança do modelo confessional de Serviço Social para o modelo laico acadêmico-universitário. De acordo com a variação do contexto histórico brasileiro de 1964 aos dias atuais – de autocracia à democracia – o curso foi perpassado por diferentes matizes teóricas: positivista, fenomenológica, marxista. Hoje, fortemente se defende o pluralismo teórico perpassado pelo crivo da totalidade e da historicidade.

dêmica e a relevância social de um determinado curso. Neste sentido os sujeitos a serem envolvidos neste processo deveriam extrapolar os muros da universidade ou o mundo acadêmico. Os ex-alunos que exercem a profissão e os segmentos organizados da sociedade devem dela participar. Ela também deve contemplar aspectos de eficiência e eficácia administrativa enquanto suporte das atividades pedagógico-acadêmicas que transcendem o âmbito da sala-de-aula incorporando a pesquisa e a extensão enquanto um tripé indissolúvel do ponto de vista praxiológico.

Como colocamos na parte referente às **Considerações teórico-metodológicas**, os sujeitos da pesquisa foram distribuídos em quatro grupos: professores do Departamento de Serviço Social; 4º ano; 3º ano e 2º ano de Serviço Social do ano de 2002.

Na questão: **o que é avaliação institucional de curso para você**, com relação ao primeiro grupo (professores), foram freqüentes as seguintes expressões - **avaliar é analisar e/ou refletir**.

A antiga civilização grega criou duas expressões *to ón e ón*. A primeira corresponde ao verbo **ser** e a segunda ao substantivo **ser**. Para os pensadores gregos todas as coisas **são** alguma coisa. E toda coisa é um **ser**. O desenvolvimento filosófico no interior desta civilização se pautou em cima destas duas expressões: *ón to ón...ou o ser é...* Todo ser deve ser nominado e o(s) seu(s) predicado(s) corresponde(m) a(s) definição(ões) e ao conceito de **ser**. A expressão – o ser é ser – não passa de pura tautologia vazia. É a partir deste princípio que Aristóteles, Heráclito e outros filósofos gregos pensaram e definiram as leis da Lógica.

Assim, **avaliar é avaliar** não passa de uma expressão vazia e carente de sentido (s).

Os professores complementaram o substantivo avaliação com dois verbos: **analisar** e/ou **refletir**, como já citamos acima. Houveram diferenças na complementação dada a estes verbos e a outros verbos. A maioria dos professores utilizou a palavra **processo** para conceituar o que é avaliação de curso. Aliás esta é uma palavra comum e corriqueira da linguagem profissional, atestada, inclusive neste trabalho. Este termo foi adjetivado por eles como: **de trabalho, contínuo, permanente, do curso**. Ele foi empregado por este grupo com o sentido de **relação** ou **articulação** ou **busca**. Tal busca ou relação ou articulação foi relacionada hegemonicamente com a **finalidade do curso** e a **formação profissional**.

A finalidade e a formação profissional foram relacionadas por este grupo com **melhoria** ou **qualidade das atividades**.

Quais atividades?

Tal palavra não foi complementada pela maioria. Apenas uma professora se refere a **melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão**. E apenas um outro professor mencionou a **atividade administrativa**.

Melhorar as atividades para quê?

Segundo tais sujeitos para: **relacionar o dado e o projeto pedagógico; imprimir sugestões de mudanças; vigilância e renovação; reordenamento dos conteúdos; priorizar problemas; correspondência entre as exigências da sociedade e as demandas da profissão**.

Através das palavras utilizadas pelos professores pode-se reconstruir um conceito de avaliação institucional de curso rico em termos de determinações, embora, não completo.

Como sujeito pesquisador observador e participante do objeto em análise, notamos que em alguns momentos há uma relação mais estreita em termos de planejamento entre Colegiado de Curso e Departamento de Serviço Social e em outros ela é mais distante. Existe também uma dificuldade concreta do Colegiado incorporar nas discussões em torno do curso não só os professores do Departamento de Serviço Social, mas também, de outros Departamentos que ofertam disciplinas para o curso.

Esta dificuldade pode ser explicada pela atual crise da Universidade brasileira e das Universidades Estaduais do Paraná no tocante a contratação via concurso público de novos professores. A presença de professores colaboradores no curso de Serviço Social da UEPG tem sido uma prática constante nos últimos anos. Sabemos que pelo caráter provisório do contrato de trabalho, estes, não podem deixar seus empregos fora da UEPG. E aqueles professores colaboradores que num determinado ano têm as suas atividades centradas exclusivamente na Universidade, no ano seguinte, podem não participar novamente do teste seletivo como já ocorreu no Departamento de Serviço Social. Dificilmente os professores colaboradores podem, teoricamente, “viver” a Universidade como os professores com Tempo de Dedicção Exclusiva (TIDE). E nos anos de 2003 e 2004 o início das atividades tem sido conturbado e agravado pela contra-

tação dos professores colaboradores após o início do ano letivo.

Há contradições evidentes entre as atividades da Universidade enquanto instituição e as necessidades da sociedade a quem ela deve servir. E esta relação faz parte das funções da universidade, principalmente, da universidade pública que é mantida por impostos pagos pela população.

Por exemplo, a extensão universitária é uma forma de prestação de serviços à sociedade. Dependendo da natureza do projeto extensionista ele não poderia ser interrompido. No entanto, estabelece-se um hiato ou contradição entre as necessidades da população e a necessidade ou o direito de férias de professores e acadêmicos. Com isto quero pontuar que o conceito teórico muitas vezes está aquém do concreto real. Mas, isto não invalida o conceito teórico: ele nos impulsiona a pensar estratégias para que alcancemos a teleologia posta pelo plano teórico-axiológico.

Mas, o período de férias talvez seja uma questão secundária frente a posição e situação da UEPG e particularmente do Serviço Social que está cada vez mais estrangulado em termos de carga horária docente total o que impede a realização de mais projetos de pesquisa e extensão. Nos últimos anos, o Departamento De Serviço Social recusou-se a atender demandas que a ele chegaram via Estado, Prefeituras Municipais, Ongs, por não possuir carga horária disponível.

Caso não ocorra à curto prazo concurso público para professores a tendência é, como está acontecendo hoje, de se privilegiar a atividade de ensino em detrimento da pesquisa e da extensão. E o colapso é inevitável pois a UEPG perderá sua função de produção de conhecimento.

No caso do Serviço Social (apesar do estrangulamento) a pesquisa está muito presente, decorrente, da disciplina de OTCC. No entanto, se vingar a recente proposta que foi iniciada no começo deste ano de 2004 de se retirar a hora preparo ou se fazer orientações coletivas, haverá uma queda do nível de qualidade. Esta proposta não é administrativamente condizente com as diretrizes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social.

Sartre afirma que “A práxis é inconcebível sem a carência, a transcendência e o projeto” (1979, 140).

A carência existe, o Projeto Pedagógico existe, mas não há transcendência por força das condições objetivas presentes na atual conjuntura nacional e

paranaense.

Aqui aparece um **elemento novo**, que deve ser **incorporado ao conceito** posto por nós acima de **avaliação institucional de curso: a análise da estrutura e da conjuntura histórico-social**.

Sem esta incorporação, as avaliações de curso, podem cristalizar ainda mais a visão que muitos têm de que ela deve ser centrada nas figuras dos professores e dos alunos.

Os acadêmicos do 4º ano de Serviço Social de 2002, preferencialmente, como os professores preferiram usar os verbos **analisar** e **refletir**.

No entanto, há uma variação em torno do que avaliar e do que refletir: **relação aluno/professor; o professor; os conteúdos e objetivos do curso**.

A ênfase maior é dada ao **conteúdo**: se ele está adequado às demandas atuais da profissão. Em segundo lugar este grupo conceitua avaliação de curso como **analisar ou refletir a atuação do professor** em sala de aula através de **metodologias de ensino** por ele utilizadas. Podemos afirmar que existe uma vinculação entre conteúdo e forma, ou seja, o **conteúdo** deve ser repassado de uma determinada **forma**.

Para grande parte deste grupo a finalidade de analisar conteúdo e professor é para melhorar, mudar os parâmetros da formação profissional. Avaliar para melhorar aparece em 62% das respostas deste grupo.

Nenhum aluno deste grupo reduziu a avaliação de curso a provas e/ou trabalhos solicitados pelos professores, o que já ocorrerá nos grupos seguintes. Obviamente, a falta de vivência em torno da avaliação de curso faz com que haja tal redução.

Em termos de auto-crítica em relação ao nosso instrumental, devemos colocar que ele não possibilitou a decodificação de certas expressões importantes que foram utilizadas repetidamente por estes sujeitos: **objetivos do curso**.

O que será que eles entendiam por objetivos de curso? Quais seriam?

É importante colocar que as turmas que participaram em 2002 desta pesquisa faziam parte do antigo currículo. O 1º ano, que não passou por este processo, era na época, a primeira turma do novo currículo.

Já o 3º ano de Serviço Social de 2002 diversificou mais que os grupos anteriores em termos do uso de verbos para definir o que é avaliação de curso. Eles empregaram: **refletir, expor, verificar, saber, colocar, analisar, discutir, rever, identificar, opinar**.

O quê?

Sobre as **metodologias de ensino utilizadas pelo professor: a relação aluno/professor; as atitudes e/ou comportamento do professor na sala de aula.**

Há uma redução à figura do professor e a sala de aula.

A exemplo dos alunos do 4º ano, os sujeitos deste grupo em nenhum momento se referiram ao estágio e ao TCC e muito menos aqui, a extensão e a pesquisa.

A busca pela melhoria do curso aparece centrada hegemonicamente na performance do professor. Buscar melhoria na qualidade da formação profissional significa melhoria das metodologias de ensino em primeiro lugar, seguido do conteúdo e respeito aos alunos por parte dos professores. Neste grupo apenas um aluno afirmou que a avaliação é relacionar o que está sendo dado com os objetivos do curso e caso não haja tal correspondência, os conteúdos devem ser reformulados. Ele também não mencionou quais seriam os objetivos do curso.

No grupo do 2º ano de 2002 os verbos utilizados foram **verificar, refletir, conhecer, detectar, analisar, saber, identificar.**

O quê?

**Qualidade de ensino.**

Para eles a avaliação de curso se reduz ao **desempenho do professor em sala de aula.** Contudo, eles, diferentemente do 3º ano, também a relacionam ao **desempenho do aluno em sala de aula.**

O desempenho do aluno é reduzido às **provas e trabalhos** e o desempenho do professor é reduzido às **metodologias de ensino.**

A avaliação institucional foi confundida ou reduzida ao sistema de verificação de aprendizagem através das notas dadas pelos professores e que são encaminhadas para a PROGRAD.

Alguns também aproveitaram o questionário para reivindicar que a **avaliação** não se dê somente através de provas escritas.

Os dois alunos que responderam que a avaliação institucional de curso não é importante, justificaram-se, dizendo que não são ouvidos.

Para Luckesi:

O ato de avaliar importa coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação,

acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto. O valor ou qualidade atribuídos ao objeto, conduzem a uma tomada de posição a seu favor ou contra ele. E, o posicionamento a favor ou contra o objeto, ato ou curso de ação, a partir do valor ou qualidade atribuídos, conduz a uma decisão nova: manter o objeto como está ou atuar sobre ele (apud Albiero, 2001, p.151 e 152).

### 2.3. Aspectos positivos e negativos sobre a forma como vem sendo realizada a avaliação institucional de curso

Para os professores:

1. Aspectos positivos e negativos da avaliação de curso para os professores de Serviço Social da UEPG no ano de 2002

POSITIVOS	NEGATIVOS
Retroalimentação do ensino (2)	Processo isolado do contexto da Universidade
Processo contínuo e assumido (2)	Falta de infra-estrutura que garanta mudanças (2)
Canal de comunicação (2)	Falta de maturidade e participação dos acadêmicos (2)
Participação e transparência	Não ter sido até agora registrado em publicações
Auto-avaliação do curso	Ficou centralizado no Colegiado de Curso

Fonte: questionários aplicados junto aos professores do Departamento de Serviço Social em 2002. Organizadora: a autora

Do total de 12 professores: 6 definiram quais eram os aspectos positivos para eles naquele momento e 6 não responderam nada. Os números entre parênteses significam o número de frequência e não necessariamente o número de professores. Esta colocação é válida também em relação as tabelas abaixo sobre a visão dos alunos pesquisados.

Em relação aos aspectos negativos 5 não levantaram nenhum aspecto.

Para os alunos de 4º ano:

2. Aspectos positivos e negativos da avaliação de curso para os alunos do 4º ano do Curso de Serviço Social da UEPG de 2002

POSITIVOS	NEGATIVOS
Propõe melhorias (7)	Pouco se tem feito para mudar (5)
É boa desde que se responde com sinceridade	O que é discutido não é colocado em prática (3)
Detectamos falhas	As mudanças demoram a acontecer
Espaço de troca e discussão (16)	Falta de repasse das informações do que é discutido
Trouxeram mudanças de currículo	Muito teórica e pouco prática
Nenhum	Sobrecarga de trabalhos
Reflete a opinião dos professores e acadêmicos frente às disciplinas	Não deveria existir a prova em sala de aula
Oportunidade de diálogo	
Liberdade para se expressar	

Fonte: questionários aplicados junto aos alunos do 4º ano do Curso de Serviço Social em 2002. Organizadora: a autora

Do total de 36 alunos que responderam o questionário nesta turma: 11 não levantaram nenhum ponto positivo e 16 não levantaram nenhum aspecto negativo.

Para os alunos do 3º ano:

3. Aspectos positivos e negativos da avaliação de curso para os alunos do 3º ano do Curso de Serviço Social da UEPG de 2002

POSITIVOS	NEGATIVOS
A avaliação em-si	Brigas e divergências na sala de aula entre os alunos (2)
Os acadêmicos manifestam a sua opinião (8)	Falta um maior confronto entre alunos e professores
Posso expressar minha opinião particular	Nem sempre há respostas (5)
Busca-se melhorias (6)	Nem sempre há soluções
Preocupação com a atualidade	Cansativa: mais de 50 alunos na sala
Espaço para discussão (5)	Opiniões contrárias dos alunos o que impede um consenso (2)
Apontar problemas e soluções	Os acadêmicos não obtêm um retorno do que foi discutido com os professores
Espaço para alunos e professores se expressarem	Não se tomam providências (5)
Socialização dos problemas	

Fonte: questionários aplicados junto aos alunos do 3º ano do Curso de Serviço Social em 2002. Organizadora: a autora

Dos 44 alunos que responderam os questionários: 10 deixaram de responder quais são os aspectos positivos e 12 deixaram de responder quais são os aspectos negativos.

Para os alunos do 2º ano:

4. Aspectos positivos e negativos da avaliação de curso para os alunos do 2º ano do Curso de Serviço Social da UEPG de 2002

POSITIVOS	NEGATIVOS
Compromisso do Colegiado (5)	Não compromisso dos alunos
Obriga os professores a melhorarem (3)	Método tradicional (13)
Espaço de críticas entre alunos e professores	Imposta (5)
Trabalhos em grupo	Algumas notas altas através de “cola”
Trabalhos práticos	Não é todo dia que se está inspirado para se fazer provas
Não é só através da prova escrita	Provas para “decorar” e com “pegadinhas” (2)
Provas em duplas (4)	As idéias às vezes não são compreendidas (6)
Seminários	
Espaço para expor idéias (3)	
Interesse dos docentes em conhecerem as opiniões dos alunos	

Fonte: questionários aplicados junto aos alunos do 2º ano do Curso de Serviço Social em 2002. Organizadora: a autora

Dos 31 alunos que responderam os questionários: 14 deixaram de responder quais são os aspectos positivos e 14 deixaram de responder quais são os aspectos negativos.

Olhando o conjunto das falas inferimos que a avaliação de curso é considerada como um espaço ou canal de discussão sobre a formação profissional visando melhorá-la ou adequá-la às demandas atuais da profissão e, que há um compromisso do Colegiado de Curso com este processo.

Do exposto pode-se afirmar que a noção de historicidade e de que a formação profissional não é algo pronto e acabado, está presente na visão da maioria dos sujeitos.

Com relação aos aspectos negativos aparecem visões de que pouco se faz para melhorar, que não há

retorno, que as informações gerais do processo ficam centralizadas no Colegiado e de que ela é um processo isolado no contexto da Universidade.

Consideramos que: às vezes para melhorar não basta só a boa vontade, mas, a existência de condições objetivas. A falta destas condições só pode ser detectada a partir de uma visão mais ampla de sociedade, estrutura e conjuntura. É claro que estas discussões devem ser mediatizadas pela visão de totalidade e historicidade para não acabar numa discussão fragmentada.

Novamente, ainda aqui, transparece a visão de que a avaliação de curso é provas e trabalhos, principalmente, nos alunos do 2º ano.

À primeira vista parece que a falta de respostas mais claras e objetivas, ou seja, carregadas de conteúdo e de determinações concretas não permitem inferir qualquer juízo analítico. Mas, pensamos que a falta de palavras para explicitar algo tem um sentido preciso: aquilo que eu não tenho consciência, eu não consigo explicitar ou colocar em palavras.

A consciência só se forma mediante a relação de um eu singular com outros homens através do processo social.

Se isto é verdade, os alunos têm uma consciência da formação profissional restrita e fechada ao ensino no interior das salas de aula, porque é só o que está sendo proporcionado para a maioria. Por isso, o nível de consciência não pode ultrapassar este âmbito.

Os professores se ressentem da falta de discussões tanto a nível departamental como a nível mais amplo da Universidade. Mas, muitos não participam. Por quê? Para a maioria o problema é a falta de tempo. Retornamos aqui à questão do estrangulamento e do Tempo de Dedicção Exclusiva.

#### **2.4. Indicadores de qualidade para uma avaliação institucional de curso ampla, democrática, crítica e global**

Indicador “é um instrumento de medição usado para indicar mudanças na realidade social. Ele é uma ‘régua’ ou um padrão que nos ajuda a medir, avaliar ou demonstrar variações em alguma dimensão da realidade, que consideramos relevante para os objetivos de um determinado projeto” (Armani, 2000, p. 58).

Para **indicar** quais são as mudanças pretendidas numa realidade, é necessário que se opere com **conceitos**. Os conceitos vinculados a projetos de na-

tureza social muitas vezes são difíceis de serem “medidos” diretamente. Por isso é necessário e fundamental definir o que será alvo de avaliação.

Desta forma podemos dizer que “indicadores são parâmetros objetivos e mensuráveis utilizados para operacionalizar conceitos” (Armani, 2000, p. 59).

Os indicadores variam dependendo do conceito.

Do conceito por nós adotado e trabalhado ao longo deste texto sobre o que é avaliação institucional de curso pudemos abstrair os seguintes indicadores de qualidade, que apresentaremos a seguir, sempre em e na relação com o núcleo central de uma avaliação desta natureza, que é a **formação profissional**. Eles são: formação profissional/relevância social da profissão; formação profissional/projeto ético-pedagógico da profissão; formação profissional/demandas profissionais; formação profissional/exercício profissional; formação profissional/projeto pedagógico; formação profissional/objetivos da formação profissional; formação profissional/disciplinas da grade curricular; formação profissional/atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; formação profissional/relação aluno/professor; formação profissional/desempenho do professor; formação profissional/desempenho do aluno; formação profissional/eficiência e eficácia administrativa ou da gestão universitária; formação profissional/análise de estrutura e conjuntura macro-social e universitária nacional e local.

Os indicadores não se encontram citados aqui em uma ordem crescente de importância. Muito pelo contrário: um indicador perpassa ou tem uma relação dinâmica e processual com outro indicador.

Como operacionalizar tais indicadores ou incorporá-los na ação avaliativa?

Não é nosso interesse fornecermos uma “fórmula ideal”, porque numa visão de **realidade dialética** enquanto uma **totalidade processual, histórica e contraditória**, isto não existe. E a melhor forma de adequar o pensamento a esta visão de realidade, é pensá-la como algo em constante **porvir**.

Podemos nascer e encontrar um **mundo** pronto, mas, **nunca acabado**. Logo, o mundo e as instituições sociais são sistemas abertos e não fechados em si mesmos. É equivocada aquela forma de pensar o mundo, a vida, os fenômenos sociais, os conceitos, os indicadores, a universidade, a avaliação institucional de curso como coisas cristalizadas sem possibilidade de

mudanças ou transformações.

### Considerações finais

Disto posto, como contribuição colocamos que:

1. seja retomado através de **leitura, os princípios fundamentais do Código de Ética dos Assistentes Sociais e do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UEPG**, antes da análise das disciplinas, da relação aluno/professor; desempenho do professor e do aluno, das atividades de ensino, pesquisa e extensão e administrativa;

2. **num segundo momento**, procurar elencar as disciplinas do ano em análise, retirando-as do quadro construído pelo Colegiado em 2001 (relativo ao novo currículo), observando a função ou o(s) objetivo(s) de cada uma delas no interior da grade curricular;

3. discutir as necessidades ou **demandas atuais da profissão**;

4. só então, a partir deste quadro referencial discutir: formação profissional/atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; formação profissional/relação aluno/professor; formação profissional/desempenho do professor; formação profissional/desempenho do aluno; formação profissional/eficiência e eficácia administrativa ou da gestão universitária tendo em vista as melhorias necessárias.

Em nenhum destes momentos **pode-se esquecer** duas categorias que utilizamos na profissão para fazermos a leitura de realidade e que estão presentes na constituição do pensamento da Civilização Ocidental desde a Antiga Grécia: **totalidade e historicidade**, ou seja, que a formação profissional está circunscrita a **análise de estrutura e conjuntura histórico-social** na qual se insere a **Universidade brasileira** e por consequência a **UEPG**.

A partir do conceito trabalhado de avaliação institucional de curso neste texto, devem participar do processo os seguintes sujeitos: alunos, professores, gestores universitários, ex-alunos, órgãos empregadores dos Assistentes Sociais, sociedade civil organizada.

É preciso superar a prática de uma avaliação de curso centrada apenas nos professores e alunos ou no mundo intra-universitário. Só assim, podemos ter uma avaliação institucional de curso **ampla, democrática, crítica e global**.

A redação deste texto é nossa. Mas, as idéias aqui colocadas e sistematizadas são o resultado do percurso da profissão da qual sou apenas um dos sujeitos protagonistas.

A frase da epígrafe inicial, citada inclusive no interior deste texto do grande filósofo francês Jean-Paul Sartre, **conclue por si só aquilo que é por natureza inconclusível: “A práxis é inconcebível sem a carência, a transcendência e o projeto”**.

### REFERÊNCIAS:

- 1 ALBIERO, C. M. O estágio como *locus* primordial para o exercício da avaliação qualitativa no curso de Serviço Social in **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**. n. 7. Bauru, Editora da ITE, junho, 2001.
- 2 ANAIS DO **IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DAS IES COMUNITÁRIAS** / [organizado por] Magda Inês Mortari...[ *et al* ]. Passo Fundo: UPF, 2001.
- 3 ARMANI, D. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2000.
- 4 BAKTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. Tradução do francês por Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Hucitec, 1992.
- 5 BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Persona, 1977.
- 6 CFAS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Publicado no Diário Oficial da União n. 60, de 30/03/93, Seção I, p. 4004 a 4007.
- 7 COLEGIADO DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Curriculares do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UEPG**, 2001. (Doc. Mimeo).
- 8 \_\_\_\_\_. **Objetivos das disciplinas do Currículo do Curso de Serviço Social da UEPG**, 2001. (Doc. Mimeo).
- 9 MARX, K. O método da economia política in **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves.
- 10 RICHARDSON, R.J.; col. PERES, J. A. de S. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 1999.
- 11 SARTRE, J. P. **Questão de método**. 4. ed. São Paulo, Difel, 1979.
- 12 TEMPORALIS/ABEPSS. **Fórum Nacional sobre avaliação institucional dos Cursos de Serviço Social**: textos e documentos. Ano 2, suplemento (out. 2001). Brasília, ABEPSS, Grafline, 2001.
- 13 VALLE, L. H. B. do. **Avaliação institucional emancipatória**: contribuição de Jurgen Habermas. Tese de doutorado defendida junto a PUC-SP, 1999.